



AS RELAÇÕES PORTUGAL- BRASIL, A CEE E A OTAN

Mário César Flores

O ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) tem sido visto, com exagerado otimismo, como a conquista, pelo Brasil, de uma ponte que facilitaria a prestação no mercado europeu de seus produtos de exportação.

Até onde tem sentido essa interpretação? Até que ponto Portugal estaria em condições de assumir o papel que lhe querem atribuir? Que reflexos terá, nas relações Portugal-Brasil, o atendimento, ou não, da expectativa brasileira?

o artigo é transcrição da "Revista Marítima Brasileira" (Edição Jan/Mar 88) e foi escrito logo após um seminário sobre as relações Brasil-Portugal ocorrido em Lisboa, no fim de outubro de 1987, sob o patrocínio do "Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais" daquela cidade, ao qual compareceu o autor.

O ingresso de Portugal e Espanha na Comunidade Económica Europeia (CEE) tem produzido algumas especulações sobre sua influência no relacionamento da Comunidade com a América Latina. Teria cabimento prático a idéia de que Portugal e Espanha seriam úteis como ponte entre os membros da CEE e os países americanos de origem hispânica e portuguesa?

A resposta afirmativa a essa pergunta pressupõe existirem vínculos ibero-americanos alicerçados na História e na Cultura, suficientemente fortes tanto para compensar a fragilidade do intercâmbio econômico atual e previsível, como para superar efeitos negativos de interesses portugueses e espanhóis porventura não afinados com os do Brasil e de seus vizinhos de língua espanhola. As reflexões

deste artigo se referem a essa interação de possibilidades e limitações, que transcende a perspectiva da CEE porque, no quadro internacional hoje vigente, em que os países europeus mais importantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são também os que mais pesam na Comunidade, não há como tratar os interesses econômicos sem considerar simultaneamente os de segurança. Restringir-me-ei ao caso luso-brasileiro, embora a idéia da *ponte ibérica* venha tendo trânsito mais intenso na Espanha e em países de língua espanhola do que em Portugal e no Brasil.

O regime de discriminações comerciais gradativas da CEE situa a América Latina acima apenas do bloco socialista. Tal situação obviamente compromete a exportação brasileira para a Comunidade: além de não ter crescido nos últimos anos, ela tem sofrido pequenas reduções setoriais. Impõe-se, portanto, avaliar se o ingresso de Portugal na CEE pode reduzir a discriminação e seus efeitos, em benefício do aumento da exportação e do atual superávit pró-Brasil, únicos anseios brasileiros realmente objetivos e úteis na presente conjuntura econômico-financeira do País. Teria Portugal alguma possibilidade de agir concretamente em prol dessa meta e, ademais, teria Portu-

gal predisposição para tanto?

Explico essa última parte da pergunta, um tanto estranha para nossa tácita, mas raramente bem avaliada propensão a admitir uma permanente lua-de-mel luso-brasileira: se o desenvolvimento do Brasil e a evolução tumultuada de seus valores culturais vêm debilitando os alicerces tradicionais da nossa ligação a Portugal, por que a presente fase de regozijo econômico e de agitada evolução de valores culturais em Portugal não produziria lá tendência similar? Realisticamente e sem concessões a utopias de fundo emocional, até que ponto nos seria lícito esperar a prevalência de uma hipotética e mútua fidelidade histórico-cultural, na ausência de firmes interesses materiais ou, até mesmo, contrariando interesses materiais e de segurança?

A vida política e cultural portuguesa foi, até o fim dos anos 60 e do império na África, muito influenciada pela idéia de um Portugal atlântico, voltado para o mar e para o seu passado imperial. É óbvio que num quadro dessa natureza tinham melhores condições de sobreviver, por si próprios, os estreitos liames histórico-culturais com o Brasil, oriundos de um passado comum rompido sem ressentimentos graves e alimentados pelo fluxo migratório e cultural (este último em mão dupla, a partir dos 1920

ou 30, mas até então quase que somente em mão única, como o demográfico: do Norte para o Sul). Mas a situação já não é a mesma e passo a dizer porquê.

Cito inicialmente um singular corolário do tradicional e majoritário conservadorismo português, que vive ainda o susto do 25 de Abril de 1974, ao ponto de continuar sendo cultivada, em Portugal, a idéia de ameaça comunista tal como era percebida nos anos críticos da guerra fria e já suavizada na maioria dos demais países *ocidentais*. Por isso, Portugal é hoje um entusiasmado membro da OTAN, para cuja operacionalidade ele concorre, principalmente com posições e facilidades de apoio, por ser modesta sua capacidade militar. Esse entusiasmo é transparente no orgulho de sediar o IBERLANT – teatro atlântico regional da OTAN – próximo da Península Ibérica e do Marrocos, e de ter um almirante português em seu comando. E é transparente também na pouca controvérsia política e pública sobre a presença de instalações e forças da OTAN no país, a qual tende a aumentar com a crescente rejeição das bases e forças norte-americanas na Espanha. Note-se que essa presença e o próprio engajamento militar português na OTAN respaldam um razoável ingresso de recursos externos e meios militares em Portugal, pois bases e

forças implicam em despesas locais elevadas, e quanto às Forças Armadas portuguesas, seu aprestamento está sendo ajudado pela Organização.

A juventude, ainda mal assimilada no *establishment* conservador – etapa costumeira do desenvolvimento mental do homem –, talvez não compartilhe de forma irrestrita da opinião e da atitude política dos que efetivamente controlam o país. Esses, porém, sejam eles do moderado socialismo português do Presidente Mário Soares, ou do majoritário partido centrista do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, com certeza prestigiariam as preocupações da OTAN, conforme hoje entendidas em Portugal, num hipotético confronto entre interesses dessa Organização ou de seus principais países-membros e da América Latina.

Em segundo lugar, destaco que a sociedade portuguesa – como de resto também a brasileira – vive hoje um processo de exaltação das vantagens materiais, do consumismo e do conforto, em detrimento dos valores portugueses tradicionais, fundamentados no trabalho assíduo, na humildade espartana e na religião. Essa tendência compulsa Portugal a ter esperanças na CEE, compulsa-o a esperar da Comunidade um retorno material compensador, que incremente o bem-estar por-

tuês, definido pelos parâmetros da presente ótica de valores em revisão.

O fato é que a associação das supostas vantagens econômicas da CEE, com o retorno econômico — esse já efetivo — do engajamento na OTAN (sobretudo da concessão de facilidades de apoio à Organização), está produzindo em Portugal uma eufórica esperança num futuro mais rico, cujo preço, aparentemente não muito bem discutido com a sociedade, implica em algum grau de dependência estratégica e econômica, inerente à condição de sócio fraco. Tem-se a impressão de se ver reeditado, no fim do século XX, um Tratado de Methuen mais completo, econômico e estratégico, sem que exista agora um império ao qual seria repassada parte dos custos de dependência... E implica também numa possível deterioração dos laços com a comunidade de origem lusa, cujas preocupações e interesses não necessariamente coincidem ou coincidirão com a visão portuguesa de membro entusiasmado da OTAN e membro esperançoso da CEE.

A posição portuguesa na votação da Resolução 41/11-86 da ONU (Atlântico Sul, Zona de Paz e Cooperação), provavelmente influenciada pelas idéias de segurança da OTAN, ilustra o enfraquecimento dos laços luso-brasileiro-africanos, pois Portu-

gal se absteve (tal como outros membros da OTAN) e o Brasil, Cabo Verde, São Tomé/Príncipe, Guiné Bissau e Angola aprovaram a Resolução — embora Angola não esteja honrando seu voto, talvez porque não possa abandonar agora seu atual esquema de defesa. Outro exemplo ilustrativo: ouvi de respeitadíssimo pensador estratégico português que a Portugal interessava a vitória inglesa em 1982 por ser a Inglaterra um país da OTAN, pouco importando a Argentina para a segurança portuguesa.

Essa opinião preocupa, à medida que ela reflete um estado de espírito, pois é provável a ocorrência de confrontos de interesses entre países da OTAN ou CEE e do Hemisfério Sul, embora não devam chegar à instância bélica atingida nas Malvinas. Assim, na presente conjuntura de valores e esperanças portuguesas, na qual merece destaque o suave *interface* entre interesses e preocupações da OTAN e da CEE, como se posicionará Portugal se tiver que optar entre os EUA/Europa Ocidental e a velha comunidade de origem lusa? Com quem se alinhará Portugal em questões controversas, como o direito do mar, Antártica e presença militar de grandes potências no Atlântico Sul? Estará com os EUA, a Inglaterra e a República Federal Alemã, ou com o Brasil,

Cabo Verde e Angola?

Finalmente, chamo a atenção para um fenômeno que fortalece a inserção portuguesa na OTAN e CEE, favorecendo, em contrapartida, o enfraquecimento de outros laços mais antigos e menos importantes sob as perspectivas econômica e estratégica. Refiro-me ao abalo imposto à cultura portuguesa, de que o Brasil herdou muitos valores, pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela tevê, na qual tende a predominar a influência norte-americana, secundada pela dos países mais ricos da CEE. Nesse contexto, é desagradável, por exemplo, constatar a existência de uma felizmente ainda pouco expressiva reação portuguesa aos teleprogramas brasileiros, que, embora não se harmonizem rigorosamente com os conceitos vigentes em Portugal, certamente se harmonizam mais (por quanto tempo mais?) do que os *enlatados* norte-americanos, franceses e ingleses...

Reconheço que a estrutura cultural brasileira sofre abalo mais grave, mas era de se supor que a portuguesa conseguiria resistir melhor, por ter sido consolidada ao longo de muitos séculos e estar sendo *atropelada* com menos intensidade do que a nossa. Penso que sua aparente vulnerabilidade é alimentada não apenas pelo *entusiasmo europeu* de Portugal, mas também

pelo descomprometimento com um dos alicerces do velho caráter nacional português, o sentimento de nação marítima e imperial, por parte dos jovens que não chegaram a viver o império. Jovens esses que, pelo contrário, tiveram sua formação afetada negativamente pela reação ferida e ressentida da geração anterior, duramente atingida pelas guerras da África.

Aqui volto às perguntas do início do artigo: ao menos nos limites do meu entendimento a respeito, não vejo por que esperar um incremento do intercâmbio econômico entre o Brasil e a CEE, pela *ponte portuguesa*. Pelo contrário, corremos o risco de ver os laços histórico-culturais progressivamente mais atingidos pelo comprometimento do já fraco comércio luso-brasileiro, que enfrentará tanto a concorrência dos mecanismos protecionistas internos da CEE como, via CEE, dos definidos nos Acordos de Lomé, que beneficiam a África. O comércio luso-brasileiro acabará cerceado até mesmo pelas medidas discriminatórias a que Portugal deu sua concordância, ao ingressar na Comunidade. Por tudo isso, temo (e o digo com muito pesar) que o ingresso na CEE talvez venha a ser mais um fator de afastamento de Portugal do Brasil, do que de aproximação do Brasil da CEE.

É possível, e até mesmo pro-

vável, que não continue intenso por muito tempo o presente *romance* entre Portugal e a Europa, cujo corolário, insisto, é o desvanecimento do *romance* antigo, com o Atlântico e os países a que Portugal deu vida. Hoje há clima para o entusiasmo de Cavaco Silva pela CEE e pelo crescimento da presença da OTAN em Portugal. Mais uma vez superada a síndrome da ameaça comunista e soviética (o que, caso prossiga o presente degelo americano-soviético, acontecerá no mais tardar quando a geração formada depois de 1974 assumir as rédeas nacionais) e iniciada a *desilusão* com a CEE, o *romance* europeu e norte-atlântico vai esmorecer.

Em síntese: a alta temperatura atual desse *romance* não resistirá incólume a 10 anos de Gorbachev e glasnost, ou aos primeiros abalos nos sonhos econômicos que vierem a ser prejudicados pela condição de sócio fraco e pela redução dos mecanismos compensatórios da CEE. Não resistirá incólume à percepção de que o posicionamento de Açores no WESTLANT (Teatro Atlântico Ocidental da OTAN), e não no IBERLANT, tem reflexos estranhos à mera conveniência estratégica, reflexos que não beneficiam a longo prazo a unidade portuguesa. Não resistindo incólume ao reconhecimento de

que, a despeito da retórica da CEE, para os países da Europa, Portugal continua a ser, acima de tudo, o país do vinho do Minho e Douro, do azeite alentejano e do sol do Algarve; continua a ser um país periférico coadjuvante.

Entretanto, quando esmorecer o entusiasmo pela Europa, o mundo luso-brasileiro talvez já esteja demasiado ferido. Para evitar isso, ou ao menos para reduzir as feridas, resguardando-se assim um patamar adequado ao início da convalescença, convém que o Brasil não alimente ilusões de ganhos com a entrada de Portugal na CEE, reconhecendo realisticamente que faltam a Portugal condições objetivas — influência ponderável na Comunidade — e subjetivas — empenho e convicção nacional — para ajudar a promovê-los. E convém que Brasil e Portugal se esforcem por preservar algo de seus combalidos laços tradicionais, apesar da atual precedência obsessiva dos parâmetros econômicos nos dois países e da preocupação portuguesa com a ameaça soviética.

Esse esforço terá que ser mais voltado para os campos políticos e cultural, pois, como se depreende das considerações anteriores, é pequena, embora não definitivamente nula, sua provável eficácia no econômico. Ele deve abranger cuidados que evitem a tomada de posições

adversas aos interesses e às preocupações importantes de um e outro. São exemplos de interesses e preocupações brasileiros importantes: direito do mar, Antártica, extensão das atividades da OTAN a latitudes mais ao sul do que o trópico de Câncer e, se é que Portugal tem essa opção, a não adoção, por Portugal, das discriminações comerciais da CEE, talvez uma medida de pequena expressão absoluta no comércio externo brasileiro, mas de forte expressão política e na opinião pública. E deve incluir também expressivos privilégios constitucionais de cidadania a brasileiros em Portugal e a portugueses no Brasil, a aprovação de um acordo ortográfico, que, é claro, nunca será *pacificamente* aceito por todos os filólogos, e a melhora da operacionalização prática do intercâmbio cultural — talvez a providência mais importante no longo prazo —, com medidas que reforcem programas de toda ordem e que ajudem, inclusive, a viabilizar a indústria editorial no idioma português.

Ainda a título de exemplo de intercâmbio útil à preservação possível dos laços luso-brasileiros, valeria mencionar também a

prática de ações conjuntas, sempre que politicamente aceitáveis para todos os atores, de apoio aos países da África subsaariana de origem portuguesa. Trata-se, é claro, de empreendimento difícil e complexo, mas ele seria adequado ao propósito ora sob enfoque, na medida em que a cooperação portuguesa não arrastasse atrás de si os inconvenientes para o Brasil e o Atlântico Sul, da vinculação de Portugal à OTAN. Inconvenientes esses que, diga-se de passagem, sugerem como adequada para exercícios navais conjuntos (a que as Marinhas portuguesa e brasileira se sentem estimuladas até por sua longínqua origem comum) a área ao sul do trópico de Câncer (limite da OTAN) e ao norte de Cabo Verde (limite do Atlântico Sul oriental político e estratégico).

Em suma: Brasil e Portugal têm que adotar, com ampla visão política, medidas e providências capazes de manter vivos os laços da aproximação hoje factíveis, para as quais, insisto, pouco contribuirão, se é que não contribuirão negativamente, o comércio com Portugal e os efeitos da entrada de Portugal na CEE sobre o comércio do Brasil com a Comunidade.

Mário Cesar Flores é almirante-de-esquadra da Marinha Brasileira.
